da lei processual civil, ao adjectivar as formas de tutela do incumprimento de obrigações civis» (cf., entre outros, na mesma linha, os Acórdãos n.ºs 236/2000, publicado in *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Novembro de 2000, e nos *Acórdãos do Tribunal Constitucional*, 47.º vol., p. 269, e 162/05, disponível em www.tribunalconstitucional.pt).

Competindo ao contencioso administrativo «o julgamento das acções e recursos contenciosos que tenham por objecto dirimir os litígios emergentes das relações jurídicas administrativas e fiscais» (artigo 212.º, n.º 3, da CRP), há-de reconhecer-se ao legislador a liberdade normativo-constitutiva, desde que se mova dentro dos parâmetros constitucionais, de recortar a tramitação processual pelo jeito que se lhe afigure corresponder ao melhor modo de se poder obter uma tutela jurisdicional plena e eficaz dos direitos decorrentes de tais relações jurídicas, de natureza bem diversa das que são objecto do processo civil, mormente no que tange à celeridade, quanto ao seu reconhecimento, postulada pelo facto de estarem em causa direitos e interesses de natureza pública.

A norma impugnada cabe nesse espaço de liberdade do legislador.

C — **Decisão.** — 12 — Destarte, atento tudo o exposto, o Tribunal Constitucional decide negar provimento ao recurso e condenar o recorrente nas custas, fixando a taxa de justiça em 20 UC.

Lisboa, 6 de Dezembro de 2005. — *Benjamim Rodrigues* (relator) — *Paulo Mota Pinto* — *Mário José de Araújo Torres* — *Rui Manuel Moura Ramos*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

Despacho n.º 2824/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, autorizo que à secretária de justiça do Tribunal da Relação de Coimbra Maria Isabel Rodrigues de Almeida, seja abonado o vencimento de secretária de tribunal superior, funções que desempenha em regime de substituição, a partir de 16 de Janeiro de 2006 e enquanto se mantiver no exercício destas funções.

16 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Carlos Manuel Gaspar Leitão*.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Aviso n.º 1323/2006 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento do Processo Eleitoral para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32, de 7 de Fevereiro de 2004, e em cumprimento da deliberação de 23 de Janeiro e do despacho de 25 de Janeiro de 2006, anuncia-se que a eleição de um juiz dos tribunais administrativos e fiscais de 1.ª instância como vogal do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a que se reporta a alínea c) do n.º 1 do artigo 75.º do ETAF, terá lugar no dia 22 de Março de 2006 e que o respectivo mandato terminará com o dos restantes vogais anteriormente eleitos nos termos do citado dispositivo legal.

26 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Parecer n.º 85/2004. — *Despesas públicas — Autorização de despesas — Competência — Tribunal — Administrador judicial — Ajuste directo.*

- 1.ª O Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, na sequência da orientação já seguida no Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, visa estabelecer, por um lado, o regime financeiro de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços e, por outro lado, a sequência procedimental ou o regime administrativo que deve ser observado na formação e celebração dos actos ou contratos abrangidos pelo artigo 1.º (locação e aquisição de bens móveis e de serviços).
- 2.ª O regime do mencionado diploma dirige-se não apenas ao conjunto dos órgãos e serviços que integram a administração estadual directa, isto é, que se dedicam primordialmente ao exercício da função administrativa, mas também aos actos e contratos promovidos por órgãos de outros poderes públicos que embora desem-

penhando essencialmente outras funções também têm a seu cargo a realização de tarefas administrativas.

- 3.ª Assim, as despesas da iniciativa e responsabilidade dos tribunais (administração judiciária) com a aquisição de serviços mediante contratos com profissionais liberais ou empresas privadas, ainda que resultantes de actos emergentes de processos, encontram-se, em princípio, sujeitas às regras da despesa e da contratação pública, plasmadas no Decreto-Lei n.º 197/99.
- 4.ª O regime da contratação pública recebido no Decreto-Lei n.º 197/99 não é aplicável aos casos em que os tribunais, por determinação da lei ou vontade própria, requisitem os serviços a estabelecimentos, laboratórios ou serviços oficiais, segundo o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 77.º do mesmo diploma, valendo aqui tão-só as regras que no caso caibam sobre despesas públicas, em especial quanto à competência para a sua autorização.
- 5.ª Os tribunais podem socorrer-se do ajuste directo, independentemente do valor, quando efectuado ao abrigo de contratos públicos de aprovisionamento, nos termos do artigo 86.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, sendo que constitui, hoje, uma tarefa cometida por lei à Direcção-Geral da Administração da Justiça [cf. o artigo 16.º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 102/2001, de 29 de Março].
- 6.ª Os tribunais podem lançar mão do ajuste directo nas situações de urgência imperiosa previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º ou quando o fornecimento dos serviços apenas possa ser executado por um fornecedor, verificados os pressupostos regulados na alínea d) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99.
- 7.ª O regime do Decreto-Lei n.º 197/99 não contém procedimentos apropriados ao estabelecimento de um sistema de listas de peritos (incluindo tradutores e intérpretes), aptos a desempenharem a sua actividade no tribunal, por ordem do juiz ou do Ministério Público.
- 8.ª A disciplina do Decreto-Lei n.º 197/99 revela-se igualmente inadequada a salvaguardar a discricionariedade do tribunal — juiz ou Ministério Público — nos casos em que, segundo a sua convicção, devidamente fundamentada, somente determinada pessoa se considera idónea a desempenhar as funções de perito.
- 9.ª Juízo idêntico deve ser formulado no que concerne à inapropriedade do procedimento por ajuste directo, regulado nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99, para as situações de urgência ocorridas no âmbito do processo.
- 10.ª A natureza e o melindre da matéria impõem uma adequada intervenção legislativa para enquadrar devidamente as situações mencionadas nas conclusões anteriores e, bem assim, o regime de realização das despesas emergentes do processo.
- 11.ª Nos tribunais superiores (Supremo Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Administrativo, tribunais de relação e tribunais centrais administrativos), dotados de autonomia administrativa, segundo o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 177/2000, de 9 de Agosto, os presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo, coadjuvados pelo respectivo conselho administrativo, têm poderes equiparados aos dos ministros para autorizar despesas, enquanto os presidentes dos tribunais de relação e dos tribunais centrais são equiparados, para os mesmos efeitos, aos órgãos máximos dos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira (n.º 2 do artigo 2.º do mesmo diploma).
- 12.ª Os presidentes do Supremo Tribunal Administrativo e do Supremo Tribunal de Justiça podem delegar competências em matéria de gestão financeira no administrador judicial ou, na falta deste, no secretário do tribunal, até ao limite das competências do director-geral (n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 73/2002 e n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 74/2002).
- 13.ª Nos tribunais não dotados de autonomia, caberá ao director-geral da Administração da Justiça autorizar despesas até ao limite fixado na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, com a faculdade de delegação no secretário do tribunal nos tribunais onde não exista administrador judicial (artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 176/2000, de 9 de Agosto).
- 14.ª Nos tribunais mencionados na conclusão anterior onde exista administrador judicial, este tem competência própria para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até ao montante máximo em que é admitida a contratação por ajuste directo, cabendo-lhe ainda autorizar as despesas que lhe sejam delegadas pelo director-geral da Administração da Justiça, segundo as disposições constantes da alínea c) do n.º 3 do artigo 4.º e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 176/2000.
- 15.ª Sem prejuízo do disposto na conclusão 10.ª, caberá ao Tribunal — juiz ou Ministério Público — autorizar as despesas resultantes de actos de nomeação feitos no processo, nos termos e condicionamentos das conclusões 8.ª e 9.ª.